

INTRODUÇÃO

Por uma antropologia sem fronteiras

O trajecto de Jack Goody representa bem a vitalidade da antropologia desde a Segunda Guerra Mundial. Do trabalho de campo bem circunscrito, Goody passou para a análise de uma variedade de temas e problemas, revelando uma concepção de conjunto para as ciências sociais, bem como uma capacidade permanente para dialogar com os grandes quadros da teoria social clássica e, mais recentemente, com a história global e comparada. A reedição de um dos seus livros mais conhecidos, *A Lógica da Escrita* (1986), na colecção «História e Sociedade» das Edições 70, visa integrar mais um exemplo da prática — analítica e empírica — das ciências sociais e da história. Partilhando da mesma ambição, mas adoptando outros ângulos, da sociologia e não só, alguns autores reunidos nesta mesma colecção — Maurice Halbwachs, Barrington Moore Jr., Norbert Elias, Benedict Anderson e Pierre Bourdieu — também trilharam caminhos parecidos, tendo em vista o conhecimento da sociedade, nas suas diferentes texturas temporais. A esta lista, importaria somar os trabalhos de antropólogos tais como Lévi-Strauss, Maurice Godelier, Eric Wolf, Sidney Mintz, Fredrik Barth, Marvin Harris, Marshall Sahlins, Clifford Geertz, Victor Turner, Ernest Gellner e Alan Macfarlane. Claro que temos dúvidas de que, pelo menos, os dois últimos se identificassem, exclusivamente, como antropólogos. E não foi por acaso que a célebre frase de Max Weber foi lembrada num dos obituários de Gellner: «Como não sou um burro, não tenho um campo.»⁽¹⁾

⁽¹⁾ Alan Sica, *Max Weber & the New Century* (New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2004), p. 94; Stefan Collini, «What's not to like?»

De qualquer modo, interessa-nos sublinhar como é que, a partir de um ponto de vista disciplinar mais restrito, é possível estabelecer relações ou lançar projectos que — construídos analiticamente, em torno de problemas de investigação — se destinam a tomar as ciências sociais no seu conjunto.

De igual modo, mas ainda dentro dos títulos e dos autores desta colecção, um conjunto de historiadores prosseguiu um objectivo idêntico, fugindo a visões eurocêntricas e ajudando a aprofundar o nosso conhecimento da África, da China, do Japão e da Índia: Frederick Cooper, Jack Goldstone, Andrew Porter, Kenneth Pomeranz, Sebastian Conrad e David Washbrook, de quem publicámos recentemente um livro sobre a Índia. Representantes dos centros dominantes do mundo académico e das suas hierarquias, estes autores desenvolveram investigações que privilegiam, sobretudo, a resposta inovadora e rigorosa a problemas intelectuais que certamente não estão separados da sua visão do mundo. O conhecimento das suas propostas e dos resultados alcançados afiguram-se fundamentais para que — em contextos periféricos, logo, dependentes desses centros, como o nosso — se possam desenvolver pesquisas mais sólidas. A sua tradução, aliás, acompanhada de estudos introdutórios e de um cuidado trabalho editorial nesta colecção, procura inverter os termos de uma troca desigual. Certamente que o trabalho de tradução implica um tipo de recepção que não se limita a tomar os livros como inspiração ou fonte de influência. O trabalho de tradução constitui, em meios como o nosso, um dever, tanto mais que não existem quaisquer incentivos à sua realização, a ponto de o mesmo se ter transformado numa prática marginalizada. O objectivo é perceber o sentido das obras, reconstituindo as condições de produção em que as mesmas obras foram pensadas e escritas, retomando a questão da intencionalidade dos seus autores e exercendo sobre as suas obras uma apertada vigilância crítica,

[recensão de: John Hall, *Ernest Gellner: An Intellectual Biography* (Londres: Verso, 2010)], *London Review of Books*, vol. 33, n.º 11 (2 de Junho de 2011)], pp. 10–12.

independentemente da origem de cada autor e das disciplinas em que se situam.

Tal como escreve Goody no prefácio deste livro, o objectivo consiste «em atravessar as fronteiras entre a antropologia e a sociologia, entre a sincronia e a diacronia, entre a cultura europeia e outras culturas». Consideramos que só deste modo não nos enredaremos nessa lógica dualista e simplista de ver as coisas, uma vez que reconhecemos não ser a geografia, do Norte ou do Sul, nem o posicionamento do observador, de fora ou de dentro, que determinam o conhecimento sobre o social, embora a ele não sejam estranhos.⁽²⁾ O determinismo geográfico não pode ser útil nuns casos e criticável noutros. De igual modo, reconhecemos que, enquanto historiadores e cientistas sociais, é urgente saber concretizar as nossas responsabilidades, como defenderam Marc Bloch e Norbert Elias.⁽³⁾ Responsabilidades, note-se bem, em relação tanto à formação de novas gerações no contacto com a investigação científica, como aos modos de controlo da violência e da redistribuição de bens sociais, tendo em vista a correcção das desigualdades de classe, género e etnia. Porém, estas últimas só poderão ser assumidas, na condição de que o trabalho de investigação, que responde à construção de problemas e à sua verificação, nunca seja viciado pelo facto de ter de se submeter a esses propósitos práticos.

A obra de Jack Goody

Jack Goody (1919–2015) iniciou o seu percurso académico em Cambridge, em 1938. Mobilizado durante a Segunda

⁽²⁾ Robert Merton, «Insiders and outsiders: A chapter in the sociology of knowledge», *American Journal of Sociology*, vol. 78, n.º 1 (Julho de 1972), pp. 9–47. [Idem, *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*, introd. Norman W. Storer (Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1973, pp. 99–136.)

⁽³⁾ Marc Bloch, *L'étrange défaite: témoignage écrit en 1940* (Paris: Folio Histoire, 1994); Norbert Elias, *Reflections on a Life*, trad. Edmund Jephcott (Cambridge: Polity Press, 1994).

Guerra Mundial, foi preso em 1942, em Tobruq, na Líbia, pela *Afrikakorps*, e passou dois anos e meio em campos de prisioneiros alemães. Destes, escapou duas vezes. Em Itália, foi acolhido e protegido por pastores na região de Abruzos, tendo acabado por ser recapturado. Foi nos campos italianos que descobriu o seu interesse pelas formas de transmissão da propriedade rural e pela compreensão dos efeitos da escrita e da literacia num mundo dominado pela oralidade.⁽⁴⁾ Finda a guerra, completou a licenciatura em Estudos Ingleses, após a qual estudou antropologia em Oxford, durante um ano. Depois de leccionar em cursos de educação de adultos, fez o doutoramento na mesma universidade, com trabalho de campo realizado na Costa do Ouro, actual Gana.⁽⁵⁾ Regressou, depois, a Cambridge onde prosseguiu a sua carreira académica, tendo sido nomeado *fellow* do St. John's College, em 1961, e professor do Departamento de Antropologia Social, em 1973, sucedendo a Meyer Fortes. Goody destacou-se, igualmente, pelo seu envolvimento em funções institucionais em Cambridge. Tal dedicação institucional explica, em parte, o facto de grande parte da sua obra só ter sido publicada após a sua reforma, em 1984.

Se os trabalhos de campo iniciais de Goody se concentraram na Costa Ocidental de África, os seus interesses de investigação passaram, desde a década de 1970, a envolver outras áreas geográficas, da Europa e da Ásia, assumindo uma dimensão histórica, cada vez mais atenta à longa duração.⁽⁶⁾

(4) Jack Goody, *Oltre i muri: La mia prigionia in Italia*, trad. italiana Eleonora Federici, pref. Franco La Cecla, (Roma: Il Mondo 3 Edizioni, 1997); *Au delà des murs*, trad. francesa Marianne Kennedy, com a colaboração de Gisèle Seimandi; posfácio e entrevista de Dionigi Albera. (Marseille: Editions Parenthèses, 2004); versão inglesa, editada pela família, *Beyond the Walls*, 2012 (versão dactilografada completada em 1992).

(5) Jack Goody, *The Social Organization of the LoWiili* (Londres: Oxford University Press, 1967; 1.ª org., 1956); Idem, *Death, Property and the Ancestors: A Study of the Mortuary Customs of the LoDagaa of West Africa* (Stanford: Stanford University Press, 1962).

(6) Sobre a crescente atenção atribuída por Goody à Ásia e, em geral, à Eurásia, de que o presente livro é um exemplo precoce, cf. Jack Goody,

À primeira vista, pode dizer-se que Goody terá sido um dos primeiros antropólogos de Cambridge, depois da Segunda Guerra, a passar de terrenos bem delimitados para a compreensão de grandes quadros comparativos, discutindo os caminhos, supostamente exclusivos, da modernidade trilhados pelo Ocidente. Porém, de forma mais ou menos independente, Ernst Gellner e Alan Macfarlane, que foram seus colegas em Cambridge, também fizeram o mesmo.⁽⁷⁾ Qualquer inventário dos temas de pesquisa e objectos de interesse de Jack Goody arrisca-se a ficar incompleto. Existem, pelo menos, cinco áreas às quais dedicou particular atenção.

Primeiro, a família, as relações de parentesco (recusando a influência do estruturalismo de Lévi-Strauss e valorizando os contextos sociais que condicionavam a família) e os sistemas de sucessão ou propriedade. Nestes últimos, na Europa, sublinhou o papel das mulheres, contrastando-o, por via de exercícios comparativos assentes em ampla literatura, não apenas em língua inglesa, com dinâmicas mais específicas das sociedades africanas, nas quais os homens eram protagonistas centrais e a

The Oriental, the Ancient, and the Primitive: Systems of Marriage and the Family in the Pre-industrial Societies of Eurasia (Cambridge: Cambridge University Press, 1990); Idem, *The East in the West* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996) [trad. de João Pedro George, *O Oriente no Ocidente* (Lisboa: Difel, colecção «Memória e Sociedade», 2000)]; Idem, *The Culture of Food and Love: A Cultural History of East and West* (Londres: Verso, 1998).

(7) Ernest Gellner, *Thought and Change* (Londres: Weidenfeld and Nicolson; Chicago: University of Chicago Press, 1964); Idem, *Nations and Nationalism* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1983); Idem, *Plough, Sword, and Book: The Structure of Human History* (Chicago: Chicago University Press, 1988). Alan Macfarlane, *The Origins of English Individualism: The Family, Property and Social Transition* (Oxford: Blackwell, 1978); Idem, *The Culture of Capitalism* (Oxford: Blackwell, 1987); Idem, *The Savage Wars of Peace: England, Japan and the Malthusian Trap* (Oxford: Blackwell, 1997); Idem, *The Riddle of the Modern World: Of Liberty, Wealth and Equality* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000); Idem, *The Making of the Modern World: Visions from the West and East* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002); Idem, *The Invention of the Modern World* (Londres: The Fortnightly Review, 2014).

linhagem decisiva.⁽⁸⁾ Este interesse pelo papel das mulheres e pelo relativo declínio do paternalismo inspirou, também, autores como Eric J. Hobsbawm nas suas avaliações da entrada das mulheres no espaço público das «sociedades burguesas» europeias, em finais de oitocentos.⁽⁹⁾

Segundo, Goody centrou-se na compreensão das condições ecológicas e tecnológicas, mas também económicas, do desenvolvimento dos aparelhos estatal e militar, sobretudo em África e na Eurásia, em paralelo com a formação de uma cultura urbana.⁽¹⁰⁾ A sua crítica à noção de «sociedade civil» — bem como à sua suposta especificidade europeia, enquanto espaço privilegiado de formação de uma cultura política, patrocinada por Gellner, entre muitos outros — é um exemplo a ser seguido por muitos. Como já foi referido na esteira de Goody, a noção é «flagrantemente etnocêntrica», fechando os olhos à «plutocracia» na Europa e no Ocidente e ao «pluralismo» existente fora deles.⁽¹¹⁾

(8) Jack Goody, org., *The Development Cycle in Domestic Groups* (Cambridge: Cambridge University Press, 1958); Idem, *Death, Property and the Ancestors*; Idem, *Production and Reproduction: a Comparative Study of the Domestic Domain* (Cambridge: Cambridge University Press, 1976); Idem, *The Development of the Family and Marriage in Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 1983); Idem, *The European Family: an Historico-Anthropological Essay* (Oxford: Blackwell, 2000); Idem, *Comparative Studies in Kinship* (Londres: Routledge, 2004); Jack Goody, Joan Thirsk e Edward P. Thompson, orgs., *Family and Inheritance: Rural Society in Western Europe, 1200–1800* (Cambridge: Cambridge University Press, 2008).

(9) Eric J. Hobsbawm, «Culture and gender in European bourgeois society 1870–1914», in David R. Olson e Michael Cole, orgs., *Technology, Literacy and the Evolution of Society. Implications of the Work of Jack Goody* (Mahwah, Londres: Lawrence Erlbaum Associates, 2006), pp. 101–114.

(10) Jack Goody, org., *Succession to High Office* (Cambridge: Cambridge University Press, 1966); Idem, *Technology, Tradition and the State in Africa* (Londres: Oxford University Press, 1971); Idem, *Changing Social Structure in Ghana: Essays in the Comparative Sociology of a New State and an Old Tradition* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2018).

(11) Jack Goody, «Civil society in a comparative perspective», in Idem, *The Culture of Food and Love*, pp. 261–278; Idem, «Civil society in

Terceiro, dedicou-se às questões ligadas ao uso e evolução da escrita ou de sistemas de representação e comunicação. Neste âmbito, lançou as bases para uma sociologia comparada de letrados, escribas e intelectuais.⁽¹²⁾ Os usos diversos, ambivalentes e contraditórios da representação, sem os quais a comunicação não pode ser entendida, bem como a sua desigual distribuição no interior de cada sociedade, e entre cada uma delas, também ocuparam a sua voraz curiosidade intelectual (aspecto que retomaremos abaixo).⁽¹³⁾

Quarto, reflectiu sobre a utilidade da história comparativa e global, no confronto com as agendas historiográficas do mesmo género e procurando denunciar todo e qualquer

extra-European perspective», in Sudipta Kaviraj and Sunil Khilnani, orgs., *Civil Society: History and Possibilities* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), pp. 149–164; Rosaire Langlois, «An introduction to Jack Goody's historical anthropology», in David R. Olson and Michael Cole, orgs., *Technology, Literacy and the Evolution of Society*, op. cit., pp. 8–9, maxime p. 9.

⁽¹²⁾ Jack Goody e Ian Watt, «The consequences of literacy», in *Literacy in Traditional Society*, org. Goody (Cambridge: Cambridge University Press, 1968), pp. 27–68 [importante artigo que foi inicialmente publicado em *Comparative Studies in Society and History*, vol. 5, n.º 3 (Abril de 1963), pp. 304–345]; Idem, *The Domestication of the Savage Mind* (Cambridge: Cambridge University Press, 1977); Idem, Michael Cole e Sylvia Scribner, «Writing and formal operations: a case study among the Vai», *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 47, n.º 3 (1977), pp. 289–304; Idem, *The Logic of Writing and the Organization of Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986) [1.ª edição portuguesa: *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade* (Lisboa: Edições 70, 1987)]; Idem, *The Interface between the Written and the Oral* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987); Idem, «Literacy and the diffusion of knowledge across cultures and times», in Giorgio Barba, Partha Dasgupta, Karl-Göran Måler e Domenico Siniscalco, orgs., *Creation and Transfer of Knowledge: Institutions and Incentives* (Heidelberg: Springer, 1998), pp. 167–177; Idem, *The Power of the Written Tradition* (Washington: Smithsonian Institution Press, 2000); Idem, *Myth, Ritual and the Oral* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

⁽¹³⁾ Jack Goody, *Representations and Contradictions: Ambivalence Towards Images, Theatre, Fiction, Relics and Sexuality* (Oxford: Blackwell, 1997).

resquício de visões eurocêntricas e etnocêntricas, das assentes em proclamações de «primitivismo» oriental até às que se reivindicam de uma excepcionalidade ocidental. Testou, ainda, dicotomias e oposições simplistas, de natureza geográfica ou relativas a processos históricos concretos.⁽¹⁴⁾ Os «ocidentes», os «orientes», o «norte» e o «sul» são variados, não são homogêneos, podendo ser evocados de vários modos. Os seus exercícios de análise comparativa, transcultural e transregional, em parte alimentados por estadias em vários lugares fora da Europa, incluíram trabalhos sobre culinária e estratificação social. Daqui resultou uma sociologia comparativa das práticas de cozinha e seus consumos, reveladora da centralidade das condições de produção e das respectivas dinâmicas de diferenciação social que lhes estão associadas — a ideia de uma «cultura» corresponder a uma gastronomia foi, assim, desmontada.⁽¹⁵⁾ Também se interessou pela importância social, simbólica e cultural, das flores, abordando questões iconográficas e representacionais. O mesmo olhar comparativo levou-o a uma história global da metalurgia, na qual indagou questões organizacionais, entre outras, e explorou as relações entre a

⁽¹⁴⁾ Jack Goody, *The East in the West* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996) [trad. de João Pedro George, *O Oriente no Ocidente* (Lisboa: Difel, colecção «Memória e Sociedade», 2000)]; Idem, «Elias and the anthropological tradition», *Anthropological Theory*, vol. 2, n.º 4 (2002), pp. 401–412; Idem, «The “civilizing process” in Ghana», *European Journal of Sociology*, vol. 44, n.º 1 (2003), pp. 61–73; Idem, *Islam in Europe* (Cambridge: Polity Press, 2004); Idem, *Capitalism and Modernity: The Great Debate* (Cambridge: Polity Press, 2004); Idem, *The Theft of History* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

⁽¹⁵⁾ Jack Goody, *Cooking, Cuisine and Class: A Study in Comparative Sociology* (Cambridge: Cambridge University Press, 1982). Veja-se ainda Jakob A. Klein e Anne Murcott, orgs., *Food Consumption in Global Perspective. Essays in the Anthropology of Food in Honour of Jack Goody* (Londres: Palgrave Macmillan, 2014), no qual Goody assina o prefácio, «Michelin, tyres or restaurants?» e José Manuel Sobral assina «The high and the low in the making of a portuguese national cuisine in the nineteenth and twentieth centuries», *idem*, pp. 108–134.

fabricação do bronze e as culturas mercantis.⁽¹⁶⁾ No mesmo sentido, questionou a suposta especificidade europeia de um dos processos históricos mais relevantes na história mundial, o Renascimento. Por um lado, advogou a importância decisiva de factores exteriores ao continente na definição histórica dos desenvolvimentos artísticos e culturais associados ao chamado Renascimento. Por exemplo, a recuperação da antiguidade clássica foi filtrada por influências árabes, indianas ou persas. Sem deixar de identificar aspectos especificamente europeus, Goody revelou como estes decorreram de relações e conexões globais. Por outro lado, o Renascimento devia ser tomado como um fenómeno recorrente em diversas sociedades à escala global, estando associado a contextos de prosperidade económica e de relativa estabilidade política. Nestes contextos, a preservação do passado facilitada pela difusão da escrita desempenhou um papel central.⁽¹⁷⁾

Por fim, quinta área à qual Goody dedicou uma atenção específica: a reflexão sobre o ofício, a qual assumiu uma dimensão tanto histórica, como biográfica e, ainda, autobiográfica. Trata-se de um campo de investigações com elevado grau de reflexividade, que se cruza com investigações de muitos outros autores.⁽¹⁸⁾ Um dos principais problemas aqui tratados por

⁽¹⁶⁾ Jack Goody, *The Culture of Flowers* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993); Idem, *Metals, Culture and Capitalism: An Essay on the Origins of the Modern World* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012).

⁽¹⁷⁾ Jack Goody, *Renaissances: The One or the Many?* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

⁽¹⁸⁾ Marvin Harris, *The Rise of Anthropological Theory: A History of Theories of Culture* (Nova Iorque: Thomas Y. Cromwell Company, 1968); Adam Kuper, *Anthropology and Anthropologists: The Modern British School* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 1983); George W. Stocking, Jr., «Maclay, Kubar, Malinowsky: archetypes from the dreamtime of anthropology», in Idem, org., *Colonial Situations: Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge* (Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, 1991), pp. 9–74; Idem, *After Tylor: British Social Anthropology 1888–1951* (Madison, Wis.: University of Wisconsin Press, 1995); Henrika Kuklick, *The Savage Within: The Social History of British Anthropology, 1885–1945* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991).

Goody foi o do nexo causal entre as investigações antropológicas sobre comunidades em África ou no Mediterrâneo, as estratégias britânicas do poder imperial e colonial, e as fontes de financiamento.⁽¹⁹⁾ No fundo, Goody foi capaz de pôr em causa a existência de um padrão da antropologia britânica ao serviço do respectivo poder imperial e colonial. Saber e poder nem sempre coincidem. No entanto, trata-se de um suposto padrão que, mais recentemente, voltou a ser utilizado em contraste com o da etnografia francesa. Só a esta última se atribui o privilégio de nunca se ter submetido às exigências do respectivo Estado colonial — levantando mesmo suspeitas por parte dos administradores coloniais e tendo, simultaneamente, enveredado por uma via mais literária e, por isso mesmo, de costas viradas para o terreno.⁽²⁰⁾

Tomada no seu conjunto, a produção bibliográfica de Jack Goody revela duas características principais. Por um lado, confirma-se que só depois de se reformar das actividades de ensino é que o autor inaugurou um longo período de extrema produção e criatividade. Esta simples constatação revela que, mesmo em centros académicos tão avançados como Cambridge, parece que não existiram condições para coordenar o ensino com a investigação. Por outro lado, a participação de Goody em órgãos de comunicação de maior circulação foi escassa e os seus livros ou artigos não tomaram como público-alvo leitores

⁽¹⁹⁾ Jack Goody, «British Functionalism», in Raoul Naroll e Frada Naroll, orgs., *Main Currents in Cultural Anthropology* (Englewood-Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1973), pp. 185–215; Idem, «Towards a room with a view: a personal account of contributions to local knowledge, theory, and research in fieldwork and comparative studies», *Annual Review of Anthropology*, vol. 14 (1991), pp. 1–23; Idem, *The Expansive Moment: Anthropology in Britain and Africa 1918–1970* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), pp. 118–143 [onde se aproveita do artigo anterior]; Alan Macfarlane, Jack Goody, Jean La Fontaine, Frank Kermode, Radha Béteille, *Creative Lives and Works: Raymond Firth, Audrey Richards, Lucy Mair, Meyer Fortes and Edmund Leach* (Nova Iorque, Routledge, 2021).

⁽²⁰⁾ Vincent Debaene, *L'adieu au voyage: l'ethnologie française entre science et littérature* (Paris: Gallimard, 2010), pp. 92–94.

esclarecidos não acadêmicos; isto é, o autor não se quis assumir como um intelectual público, para utilizar uma expressão posta em voga nos Estados Unidos. Preferiu envolver-se numa série de debates com os seus pares, também eles académicos. Um inventário dos debates em que se envolveu terá de incluir, em lugar de destaque, a já referida defesa de uma perspectiva aberta das ciências sociais e da história, contra todo o tipo de paroquialismos e especializações entrincheiradas. Um lugar à parte terá de ser concedido ao seu combate contra as perspectivas eurocêntricas. A este respeito, a lista daqueles a quem se opôs inclui: Moses Finley (por ter voltado a considerar a Grécia Antiga, sobretudo, Atenas como berço da civilização europeia), Joseph Needham (para quem, no confronto com a China, a Europa foi superior em termos científicos e tecnológicos), Fernand Braudel (que defendeu a superioridade dos instrumentos do capitalismo financeiro, decisivos na formação de uma ideia de supremacia europeia), Norbert Elias (que argumentou que só na Europa os hábitos individuais foram objecto de um processo de auto-controlo) e Hugh Trevor-Roper (que ofereceu uma defesa radical, quase caricata, do eurocentrismo).⁽²¹⁾

Contudo, se nos focarmos apenas no último combate — contra uma história eurocêntrica, promovida por um antropólogo de formação, mas de curiosidade voraz pelas mais diversas geografias e texturas temporais —, corremos o risco de não prestar a devida atenção a tantos outros debates entretanto ocorridos no campo mais especializado da disciplina da história. Alguns desses debates também beneficiaram das relações estreitas entre a história e a antropologia, a ponto de Lawrence Stone ter denunciado os malefícios resultantes da influência de Clifford Geertz e Victor Turner na criação de uma obsessão, partilhada por muitos historiadores, em relação ao estudo de rituais e formas simbólicas.⁽²²⁾ Por sua vez, também Geertz, já

⁽²¹⁾ Goody, *The Theft of History*, *op. cit.*.

⁽²²⁾ Lawrence Stone, «History and Post-Modernism», *Past & Present*, vol. 131, n.º 1 (Maio de 1991), pp. 217–218.

depois da publicação de *Available Light: Anthropological Reflections on Philosophical Topics* (Princeton UP, 2001), apontou o dedo à maneira pouco precisa documentalmente de fazer história de Natalie Davis.⁽²³⁾ Muitos outros exemplos de discussões poderiam ser dados, relativos à história estrutural e ao jogo de escalas micro-macro, à história da cultura e das mentalidades, à história intelectual e da informação, à história do género e da sexualidade, à história das classes trabalhadoras, às histórias da resistência e da subalternidade, à história pós-colonial e dos impérios, à história global e à sociologia histórica comparada, etc. É que em todos estes exemplos se assiste à procura de novos posicionamentos e à invenção de novos objectos de análise que não se esgotam no combate ao eurocentrismo.

A questão da escrita

Os estudos comparados de Goody sobre a cultura escrita são bem reveladores de como a palavra serve não só de repositório do conhecimento humano e de principal veículo para a sua transmissão, mas também para configurar sistemas de pensamento. Em conjunto com Ian Watt, num artigo seminal de 1963, «The consequences of literacy», o qual deu início ao «mito de Goody», argumentou que a invenção do alfabeto abriu as portas à filosofia e à ciência na Grécia clássica.⁽²⁴⁾ Depois, foi a vez da própria razão gráfica — da escrita, da lista, da tabela ou da matriz — ser estudada nas suas implicações

⁽²³⁾ Clifford Geertz, «Among the Infidels» [recensão de: Natalie Zemon Davis, *Trickster Travels: A Sixteenth-Century Muslim Between Worlds* (Nova Iorque: Hill and Wang, 2006)], *The New York Review of Books* (23 de Março de 2006).

⁽²⁴⁾ Michael Cole e Jennifer Cole analisaram o impacto do conjunto de obras de Goody sobre a literacia, começando pelo texto seminal publicado na prestigiada *Comparative Studies in Society and History*; ver Michael Cole e Jennifer Cole, «Rethinking the Goody myth», in David R. Olson and Michael Cole, orgs., *Technology, Literacy and the Evolution of Society*, op. cit., pp. 305–324.

em relação ao modo como se configuraram os processos cognitivos.⁽²⁵⁾ Face a este nexo de causalidade, um dos seus críticos procurou demonstrar que não existia uma relação directa entre «literacia» e lógica.⁽²⁶⁾ De qualquer modo, será necessário compreender, à luz de um contexto onde ocorreram outras discussões e se envolveram muitos outros autores, o que significava o sentido desta relação causal. O sentido, sublinhe-se, era que, das formas simples do alfabeto ou da razão gráfica, se passou para algo de mais elaborado intelectualmente, tal como, a partir de baixo, se podia aceder ao pensamento situado lá no alto. De um ponto de vista lógico, será possível pensar na transposição para a análise das sociedades dos ensinamentos do *Tractatus Logico-Philosophicus*, pois foi nesta obra que Wittgenstein procurou estabelecer uma relação entre estrutura lógica da linguagem e os limites postos à produção de significados e do pensamento, incluindo nestes a própria noção de problema filosófico. Contudo, a aproximação de Goody a Wittgenstein é mais implícita e intuída por nós, pois nunca chegou a revestir a forma de uma abordagem ou de um debate, tal como sucedeu por iniciativa do já citado Ernest Gellner, um dos seus colegas de ofício e membro do mesmo departamento de Antropologia Social, em Cambridge.⁽²⁷⁾

⁽²⁵⁾ Para uma história das listas: Kenneth C. Werbin, *The List Serves: Population Control and Power* (Amesterdão: Institute of Network Cultures 2017); Liam Cole Young, *List Cultures: Knowledge and Poetics from Mesopotamia to BuzzFeed* (Amesterdão: Amsterdam University Press, 2017); Vera Keller, «Lists», in *Information: A Historical Companion*, orgs. Ann Blair, Paul Duguid, Anja-Silvia Goeing e Anthony Grafton (Princeton: Princeton University Press, 2021), pp. 579–582.

⁽²⁶⁾ John Halverson, «Goody and the implosion of the literacy thesis», *Man: The Journal of the Royal Anthropological Institute*, nova série, vol. 27 (1992), pp. 301–317.

⁽²⁷⁾ Ernest Gellner, *Words and Things. A Critical Account of Linguistic Philosophy and a Study in Ideology*, introd. Bertrand Russell (Londres: Gollancz, 1959; Routledge, 2005); Idem, *Language and Solitude: Wittgenstein, Malinowski, and the Habsburg Dilemma* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998) [recensão e nota crítica de George W. Stocking, *American Ethnologist*, vol. 27, n.º 1 (2000) pp. 180–182]; Jackie Assayag, «Comment

Porém, ao transpor a preocupação pelas implicações da linguagem para a análise comparada das sociedades — com e sem escrita ou na transição para a sua aquisição —, Goody não transferiu apenas para o domínio social a lição de Wittgenstein. Tão-pouco se pode dizer que, ao insistir na divisão entre sociedades com e sem escrita, tendo no meio todo um conjunto de níveis intermédios, o seu objectivo era só o de reintroduzir, na antropologia, uma espécie de eixo diacrónico, talvez evolucionista, a exemplo do que tinha feito a teoria social clássica com Marx, Durkheim ou Weber.⁽²⁸⁾ O seu objectivo principal revestia duas dimensões, ligadas entre si.

Na primeira, tratava-se de perceber até que ponto a linguagem, os meios de comunicação e a aquisição de competências ao nível da escrita, disponíveis em cada sociedade, determinavam e estabeleciam limites à sua organização. O debate sobre se Goody atribuía à literacia um papel de «agente causal autónomo» na história, com um enorme potencial transformativo, é considerável. Por um lado, estão os que questionam o argumento, indicando que um suposto determinismo tecnológico é característico da obra de Goody, ou sinalizando a aparente oscilação deste entre a valorização essencial das tecnologias de comunicação e a sua subordinação às condições sociais objectivas que pautam a sua emergência, desenvolvimento e usos. Por outro lado, outros atribuem à literacia um uso instrumental, que se afigura central na definição de políticas concretas.⁽²⁹⁾ Seja como for, a partir daqui, é possível entrar no debate contemporâneo acerca das relações entre literacia e desenvolvimento

devient-on Européen? Wittgenstein et Malinowski, ou la méthode de Ernest Gellner», *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, ano 57, n.º 1 (2002), pp. 159–186; Steven Loyal e Stephen Quilley, «Wittgenstein, Gellner, and Elias: from the philosophy of language games to a figurational sociology of knowledge», *Human Figurations. Long Term Perspectives on the Human Condition*, vol. 2, n.º 2 (Julho de 2013).

⁽²⁸⁾ David R. Olson e Michael Cole, orgs., *Technology, Literacy and the Evolution of Society*, *op. cit.*

⁽²⁹⁾ Michael Cole e Jennifer Cole, «Rethinking the Goody myth», *in op. cit.*, p. 306.

económico. Debate com inúmeras consequências tanto do ponto de vista comparativo, como nas implicações históricas derivadas da adopção de novas tecnologias e formas de sociabilidade. À distância de mais de meio século, as investigações anteriores que mais parecem ter pesado neste mesmo contexto histórico, intelectual e político — ainda que não tenham sido elas a influenciar directamente Goody — parecem ter sido *L'apparition du livre* (1958), de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, sobre o nascimento do livro impresso no Ocidente, onde se argumenta que uma nova tecnologia apenas implicou, de início, uma maior difusão de conteúdos tradicionais e um reforço dos poderes instalados, sem suscitar logo nexos de inovação; e *Strukturwandel der Öffentlichkeit* (1962), a tese de Jürgen Habermas sobre a construção de uma esfera pública burguesa, numa sucessão que ia das academias literárias do século XVIII aos jornais e aos meios de comunicação, nos quais se baseou a formação de uma opinião pública.

Perguntar-se-á, igualmente, o que deve esta obra ao livro de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas* (1983), editado alguns anos antes, e que Goody não cita, uma vez que também nele se procurava perceber os efeitos de uma tecnologia — a da imprensa que desencadeou uma das primeiras formas de capitalismo — na criação de redes de identificação nacional e no fomento da imaginação de uma comunidade política e cívica, a partir da leitura de jornais e de livros. Podendo, ainda, alargar-se este questionamento ao trabalho de Nobeert Elias, não só o que junta as suas investigações e as de Eric Dunning, em *A Busca da Excitação* (1987), livro que também aborda a importância da escrita na expansão do desporto moderno e na ritualização dos lazeres — publicado no mesmo ano de *A Lógica da Escrita* —, mas sobretudo aos trabalhos anteriores do sociólogo alemão sobre a codificação escrita das «maneiras» e da «etiqueta», no contexto do processo civilizacional, a começar pela corte régia.

Numa segunda dimensão, mais do que um mero debate interno — a travar nos limites da antropologia, atravessada por tendências funcionalistas e estruturais e seus respectivos

debates —, a investigação sobre a escrita punha em causa as próprias fronteiras dessa disciplina. Isto porque se sugeria a necessidade de explicar grandes processos de mudança, como os que tinham sido abordados por Marx, Durkheim e Max Weber, sendo para isso necessário estabelecer novas articulações da antropologia com a história, a sociologia e o conjunto das ciências sociais. A este último respeito, esclareça-se, o que mais entusiasmava Goody não era só um modo de proceder sem esbarrar em limites disciplinares, o que mais o mobilizava era partir de problemas intelectuais ou de investigação.⁽³⁰⁾ Para ele, tal orientação não implicava, de modo algum, a erosão de especificidades próprias dos patrimónios disciplinares, aprimorando, pelo contrário, interrogações e propostas de resposta.⁽³¹⁾ É que, se este livro sobre a escrita apela à reflexividade, Goody escreveu contra todas as ortodoxias disciplinares que, como a hierarquia eclesiástica ou as interpretações da lei, continuam a utilizar a disciplina como instrumento de poder pelo poder. E defendeu, promovendo um debate cruzado, no final do prefácio ao livro que, agora, se reedita em edição portuguesa: «Os antropólogos irritar-se-ão, sem dúvida, com a falta de dados de campo na minha exposição, os historiadores com a ausência de descrições específicas, os sociólogos com a escassez de referências à teoria social corrente.»

Mais: sendo conhecido o seu debate com Norbert Elias, com quem se cruzou no Gana, e que, muito mais tarde, veio a acusar de eurocentrismo e desinteresse pelas culturas locais, o que se constitui, verdadeiramente, em intriga é o próprio facto de ambos terem coincidido nalgumas linhas de pesquisa. Isto é, os dois dedicaram particular atenção ao estudo dos modos

⁽³⁰⁾ Harvey J. Graff, *Undisciplining Knowledge: Interdisciplinarity in the Twentieth Century* (Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 2015).

⁽³¹⁾ Jack Goody, «History and anthropology: convergence and divergence», *The Bulletin of the Institute of Ethnology*, n.º 75 (1993), pp. 1–27 [trad. francesa, «Histoire et anthropologie: convergences et divergences», *Ethnologie française*, vol. XXVII, n.º 3 (1997), pp. 282–293].

de comunicação (da escrita aos manuais de etiqueta; das práticas alimentares às cerimónias de mesa), ao mesmo tempo que se debruçaram sobre configurações sociais concretas dispostas em termos que não escapam a um processo evolutivo, embora dele se tenham procurado distanciar. A este último respeito, a noção de domesticação acaba por surgir como o denominador comum a ambos, embora Goody tivesse sublinhado que fazia um uso irónico do termo.⁽³²⁾

Os usos da literacia no Ocidente

Claro que o debate acerca dos usos da literacia — para traduzir à letra o título da obra de Richard Hoggart, *The Uses of Literacy* (1957) — não se restringe à questão de saber qual a relação que a mesma mantém com níveis de desenvolvimento, logo, com uma espécie de evolucionismo modernizador. Inspirados tanto no marxismo, tanto quanto movidos por um programa colectivo destinado a compreender a consciência, o comportamento e a cultura populares, um conjunto de jovens académicos britânicos, alguns deles interessados em fazer deslocar o foco de uma história e crítica literária para o estudo da cultura popular e de massas, integraram um movimento inédito. Neste âmbito, convergiram ideias e confrontos de várias ordens: primeiro, uma sociologia das práticas culturais das classes trabalhadoras, a partir da qual se procurava compreender a história da sua «economia moral», onde trabalho, lazer e leitura se confrontavam com o uso de novos meios de comunicação, tais como a televisão; depois, os estudos do desenvolvimento do sistema cognitivo das crianças, tal como tinham sido feitos por Vygotsky e Piaget; terceiro, a emergência

⁽³²⁾ Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo, «O processo civilizacional, o desporto e o lazer», in Norbert Elias e Eric Dunning, *A Busca da Excitação: Desporto e Lazer no Processo Civilizacional*, trad. Manuela de Almeida e Silva (Lisboa: Edições 70, colecção «História e Sociedade», 2019), pp. 35–47.

e difusão da linguística, comprometendo não só a relação entre o oral e o escrito, mas também a relação entre cultura literária e meios de comunicação de maior difusão; e, por último, o impacto, no período posterior à Segunda Guerra, de uma série de novos tópicos de pesquisa, que foram objecto de uma institucionalização no âmbito de programas da UNESCO, em relação à aprendizagem da leitura, aos níveis de literacia na escola e ao peso das políticas e dos programas de combate ao analfabetismo.⁽³³⁾

A respeito do último aspecto, também Goody, no capítulo 2 deste livro, se refere a esse «problema central que se prende com a contribuição da escrita para a economia [que] tem que ver com o seu papel no «desenvolvimento», no seu sentido mais amplo, isto é, na promoção de novas tecnologias (e na divisão do trabalho a ela associada), no alargamento das possibilidades da gestão, por um lado, e do comércio e produção, pelo outro, na transformação dos métodos de acumulação de capital e, finalmente, na alteração da natureza das transacções individuais de tipo económico». Uma formulação deste género participa de uma interrogação mais geral acerca da relação entre a construção de um sistema escolar e as revoluções que conduziram a novas formas de participação política, na América e em França, e também à industrialização, à urbanização e à modernização das sociedades. Uma série de casos que foram analisados, sobretudo do ponto de vista da história da Europa e do Ocidente, vieram demonstrar que a relação entre escrita e modernização nada tinha de linear.

A Suécia, por exemplo, alcançou elevados níveis de literacia, antes de mostrar sinais de uma modernização económica assinalável, bem como de um desenvolvimento social, industrial, institucional e urbano. Essa mesma massificação da literacia foi levada a cabo sem um sistema escolar, tendo o seu principal ímpeto sido dado pela Igreja e pelas campanhas

⁽³³⁾ Phillip W. Jones, *International Policies for Third World Education: Unesco, Literacy and Development* (Londres: Routledge, 1988).

promovidas pelo Estado junto das casas e famílias. A aquisição da competência de leitura não foi acompanhada pela mesma capacidade de escrita, para além da aprendizagem da própria assinatura, existindo assim uma enorme diferença entre leitura e escrita. Com tudo isto, a Suécia permaneceu um país pobre. Duas conclusões se retiram deste caso: por um lado, a existência de uma tradição de leitura numa sociedade agrária, como a Suécia, ajuda a pôr em causa a opinião moderna de que a literacia faz parte do chamado processo de modernização, constituído pela industrialização, urbanização e participação política alargada; por outro lado, o caso sueco, ao revelar uma disjunção entre as competências de leitura e de escrita, ajuda a perceber melhor a questão dos possíveis recuos, depois de uma sociedade ter alcançado níveis razoáveis de literacia, isto é, uma sociedade moderna não mantém de maneira espontânea a literacia nos mais altos níveis já alcançados, necessitando para isso de ter um sistema escolar a funcionar.⁽³⁴⁾

Em França, a cultura política conservadora da Provença também tem suscitado várias investigações, as quais demonstram a inexistência de uma relação directa entre atraso económico e iliteracia e o facto de os dois factores juntos implicarem um contexto desfavorável a comportamentos políticos radicais. É que as regiões de maior atraso económico e social foram aquelas que mais contaram com a presença da Igreja. Tendo esta última instituição assumido a quase totalidade das funções educativas até pelo menos o último quartel do século XIX, o resultado foi que áreas rurais onde se fazia sentir uma forte presença da Igreja não foram necessariamente as áreas com as maiores taxas de iliteracia. A este mesmo respeito, é de notar que também na Espanha contemporânea, as regiões com maiores taxas de iliteracia foram aquelas com menor influência da Igreja e onde a presença do Estado se mostrou mais fraca. A estes casos, haverá que acrescentar os de

⁽³⁴⁾ Harvey J. Graff, «Introduction», *Literacy and Social Development in the West. A Reader* (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), p. 7; Egil Johansson, «The history of literacy in Sweden», *in idem*, pp. 181–182.

algumas comunidades isoladas de montanha: pobres, arreigadas nas suas crenças religiosas, demonstrando comportamentos políticos claramente conservadores, mas possuindo altos níveis de literacia.⁽³⁵⁾

Por sua vez, na Inglaterra das dinastias Tudor e Stuart, um estudo minucioso sobre os níveis de literacia insistiu na necessidade de melhorarmos a qualidade das séries estatísticas em que os historiadores se baseiam. No âmbito desta mesma reflexão, distinguiu-se entre a capacidade de assinar, tomada como indicador privilegiado, com base em registos que envolvem a audição de testemunhas, e outras competências. Só depois se articulou esse indicador com a competência para a leitura, de forma mais geral, e, em muito menor escala, com a capacidade de escrita. Isto é, a leitura não implicava competência para escrever e para compreender o que se lia, podendo por isso dizer-se que a distribuição da literacia numa dada sociedade revela pouco acerca dos usos a que foram sujeitas as competências em causa. De qualquer modo, reconhece-se que o conhecimento é muito limitado, sendo praticamente impossível determinar quais os sectores da população que eram capazes de ler os panfletos da Reforma ou os jornais e impressos da Guerra Civil, bem como é difícil saber qual a proporção da população que era capaz de escrever uma carta ou passar um recibo (embora se consiga adiantar que a iliteracia também esteve presente nas classes altas).⁽³⁶⁾

Enfim, todas estas considerações acerca da Suécia, França, Espanha ou Inglaterra, a completar com muitas outras investigações sobre a Europa, são relevantes porque nos ajudam a matizar as diferenças, pensadas em bloco, entre o Ocidente e o resto do mundo. Também a Europa e o Ocidente não seguiram um único padrão: existem casos de desenvolvimento económico sem uma extensa base de literacia; tal como níveis elevados de

⁽³⁵⁾ Tony Judt, «The impact of the schools, Provence 1871–1914», in *idem*, pp. 261–262.

⁽³⁶⁾ David Cressy, «Levels of illiteracy in England 1530–1730», in *idem*, pp. 105–124.

literacia nem sempre conduziram à criação de uma sociedade moderna, liberal, individualista e democrática; paralelamente, são vários os estudos sociológicos que demonstraram que o ensino, em lugar de promover sociedades mais igualitárias, emancipadas ou meritocráticas, integra os mecanismos da reprodução social e da distinção, por via da imposição de novas credenciais.⁽³⁷⁾

Uma proposta de leitura

Neste quadro variado de investigações, encontra-se o livro que agora se publica. A sua leitura coloca um conjunto de questões. É que para Goody a escrita não era apenas um instrumento capaz de ampliar e reproduzir a força de outros factores sociais — e tão-pouco pode ser reduzida a instrumento destinado a registar representações —, ela constituía-se num factor de evolução que, em determinados aspectos, assumiu o estatuto que a teoria marxista atribuiu aos modos de produção. A escrita também não serviu apenas para a afirmação dos poderes, ela também foi apropriada pelos que pretendiam resistir e se encontravam numa posição de dominados. Tal como tinha demonstrado num estudo anterior (Goody, 1982), os livros de cozinha e, de uma forma geral, as culturas escritas da China, Japão, Índia e Médio Oriente constituíram-se em modo de resistência contra a conquista militar e cultural das potências europeias. Na ausência dos mesmos instrumentos da escrita, as culturas indígenas de África e das Américas sofreram mais com o colonialismo europeu. Note-se, porém, que um dos objectivos

⁽³⁷⁾ Lawrence Stone, «Literacy and education in England, 1640–1900», *Past and Present*, n.º 42 (1969), pp. 61–139; Carlo Cipolla, *Literacy and Development in the West* (Harmondsworth: Penguin, 1969); Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement* (Paris: Éditions de Minuit, 1970); Randall Collins, *The Credential Society: An Historical Sociology of Education and Stratification* (Nova Iorque: Academic Press, 1979); Michael J. Sandel, *The Tyranny of Merit: What's Become of the Common Good?* (Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 2020).

de Goody consistiu em contestar uma leitura da história eurocêntrica, definida por uma sucessão de modos de produção tendencialmente estanques — a chamada história conjectural que afundava as suas raízes no Iluminismo e que Marx retomou. A disseminação da escrita, nomeadamente na Antiguidade Oriental, mais precisamente no Próximo Oriente ou nas antigas civilizações do Crescente Fértil, e os seus usos práticos e cognitivos, só por si, punham em causa qualquer tipo de linearidade histórica.

Um primeiro aspecto fundamental da escrita, enquanto factor de mudança histórica, é o seu papel na autonomização de esferas sociais, delimitadas por códigos escritos, escribas, letrados ou burocratas, que velam pelas suas fronteiras e regras de funcionamento.⁽³⁸⁾ Goody começa por interpretar este processo no quadro da religião, examinando os efeitos da escrita na fixação dos dogmas e dos rituais. Se a fixação da palavra permitia uma conversão universal, coube a uma hierarquia burocrática a tarefa de manter e interpretar a palavra escrita, restringindo as adaptações e imaginações típicas do fenómeno religioso em sociedades sem escrita. Dito de outra forma, a escrita sempre restringiu ou anulou a heterodoxia. Assim, não só contribuiu para facilitar a reprodução ortodoxa, mas levou à formalização do conflito, às cisões, marginalizações, purgas e resistências, também baseadas em propostas de mudança expressas pela escrita. Semelhante lógica habitava outras esferas autónomas, como a que consagrava o exercício da política, também dominado por intérpretes de textos, o mundo do direito e dos professores das leis, ou o mundo do ensino, de que a universidade, repleta de rituais, etiquetas e hierarquias, continua a ser um bom exemplo. Mesmo quando a substância destas esferas indicava uma procura do universal, as condições do seu exercício reproduziam diversas desigualdades.

⁽³⁸⁾ Na sua teoria dos campos, Pierre Bourdieu chamou *doxas* às instituições e especialistas que mantêm um poder prático e simbólico sobre um mundo de relações; ver *O Poder Simbólico*, trad. Fernando Tomaz e João Pedro George (Lisboa: Edições 70, colecção «História e Sociedade», 2011).

O lugar da escrita na institucionalização e centralização dos sistemas religiosos e dos aparelhos estatais constituiu-se num laboratório das mais diversas formas de estratificação. O mundo da escrita promoveu novas hierarquias, separando aqueles que a dominavam dos outros, que progressivamente se encontraram numa posição subordinada face ao poder centralizado pela Igreja, pelo Estado e também pelos circuitos da economia moderna. A institucionalização de sistemas escolares nacionais assentes no domínio da escrita, como outros autores salientaram, renovou os termos da reprodução social e, com o tempo, acabou por gerar uma maior rigidez (embora com variações nacionais). Aliás, quem teve a oportunidade de leccionar em sistemas educativos cuja avaliação é mediada pelo domínio da escrita percebe bem como ela é fundamental nos métodos de aferição de competências variadas, adquiridas ao longo da vida e não apenas em ambiente escolar. Por isso, Goody refere que a chegada da escrita a sociedades sem escrita produziu transformações radicais. O imperialismo colonial, insista-se, representou um exemplo particular desta violência, já que não só transformou as instituições e as formas de organização social, como o modelo de acção dos indivíduos. Fez, ainda, com que o colonizador ficasse com o poder de escrever a história daqueles que dominava.

O interesse de Jack Goody em recuperar a história das sociedades orais integrava o movimento mais amplo de resgatar a história de África das diferentes modalidades da história imperial, partindo do diagnóstico do impacto brutal e diversificado do colonialismo. De notar que, em 1960, Roland Olivier e John Fage tinham fundado o *Journal of African History*; e, nesse mesmo ano, Jan Vansina iniciara o seu magistério sobre história e África, na Universidade do Wisconsin, tendo publicado, em 1961, a primeira versão, em francês, do seu livro intitulado *De la tradition orale: essai de méthode historique*.⁽³⁹⁾ O papel de historiadores e antropólogos interessados em perceber as

⁽³⁹⁾ Jan Vansina, *De la tradition orale: essai de méthode historique* (Tervuren: Musée Royal de l'Afrique Centrale, 1961).

dinâmicas das sociedades africanas na sua autonomia e nas suas culturas orais constituiu, talvez, uma base de conhecimento partilhada por Goody; uma base, aliás, que lhe permitiu começar a interessar-se pela «lógica da escrita», muito antes de Edward Said escrever sobre o orientalismo, em 1978, em termos de um estudo de representações literárias e de saberes europeus postos ao serviço da dominação imperial e colonial. Ora, Goody mostrou-se atento às culturas orais, mas procurou sempre perceber as relações que estas mantiveram quando postas em contacto com a escrita. A reflexividade produzida pela investigação de Goody sobre a escrita implicou, igualmente, um conjunto de interrogações sobre o ofício de quem narra a história. Feita ou não por historiadores, a historiografia era um produto da cultura escrita, da acumulação de conhecimento fixado pelo texto e da constituição de acervos arquivísticos. Apesar de tudo, como nota o autor, era mais simples combater o eurocentrismo historiográfico restaurando as mundividências das sociedades que deixaram registos escritos. Considerando o desenvolvimento técnico e institucional da história oral — tal como o concebia Vansina, que Goody nunca chega a citar neste livro, embora seja difícil acreditar que o pudesse desconhecer —, tão relevante para a reconstituição da história de África, a desigualdade parecia ser evidente.

Goody esforçou-se por demonstrar como essa desigualdade não era sinónimo de atraso, procurando nunca ceder à tentação de um evolucionismo linear. Talvez seja esta a questão que suscita mais dúvidas ao leitor desta obra. Já nas suas últimas páginas Goody refere que «muito embora a escrita tenha ajudado a desenvolver novos tipos de operação lógica formal, fê-lo inicialmente tornando explícito o que era implícito nas culturas orais, que não eram pré-lógicas nem sequer alógicas, excepto num sentido muito restrito dessas palavras». Assim, as sociedades sem escrita, flexíveis e dinâmicas — com práticas religiosas que apresentavam uma pluralidade e criatividade esmagadas pela racionalidade do livro e pelas burocracias eclesiásticas —, não só deixaram de ter acesso a uma determinada tecnologia

que lhes teria proporcionado a possibilidade de construir uma outra organização social, mas também não beneficiaram de um novo processo cognitivo. Sendo que este último se traduz, sobretudo, numa certa capacidade de generalização e abstracção intelectuais que, segundo o autor, constituiu uma total revolução na forma de pensar. A ser assim, é inegável que o domínio da escrita acaba por estabelecer uma fronteira entre estádios de desenvolvimento, que andam próximos de perspectivas evolucionistas.

Uma ambiguidade parecida pode ser encontrada no outro grande eixo comparativo proposto por Goody, aquele que confronta as sociedades do «mundo antigo» com as sociedades contemporâneas. Os dados sobre a Antiguidade Oriental revelam até que ponto o domínio da escrita permitiu o desenvolvimento de técnicas económicas, e como promoveu um conjunto de transformações, tais como a centralização religiosa e estatal. Todas estas mudanças, na visão de muitos estudiosos, ocorreram só muito mais tarde, tendo em vista justificar uma narrativa heróica de ascensão da civilização europeia moderna. O capítulo deste livro dedicado à economia é, mais uma vez, um laboratório exemplar destinado a refutar as teses eurocêntricas. Assim, Goody argumenta que o mundo antigo já desenvolvera os instrumentos económicos permitidos pela tecnologia da escrita, tanto no âmbito das relações de troca entre agentes económicos, como no quadro da centralização e burocratização do «templo» (como escreve, «a racionalização da escrita, uma “racionalização” económica, está localizada no coração das instituições religiosas votadas ao “não-racional”»), e dos instrumentos do governo estatal (standardização de pesos e medidas, uso de diferentes tipos de moeda e de outros meios de troca, contratualização de trocas e de propriedade, empréstimos, mecanismos que mediavam a troca à distância, organização do crédito, contabilidade do transporte mercantil, lançamento de impostos, produção de conhecimento sobre a população, contratos de propriedade e da sua transmissão). Neste quadro, Goody chega a sustentar que alguns desses mesmos agentes económicos se regiam por uma atitude

capitalista, resultado de uma racionalização económica que Weber localizou muito mais tarde na ética protestante.

Apesar de reconhecer que os usos pioneiros da escrita no mundo antigo conduziram a utilizações semelhantes às que ocorreram muito mais tarde na Europa — uma vez que estas não nasceram *ad nihilum*, mas do conhecimento sobre as suas utilizações históricas —, Goody refere-se pouco ao que separa o seu uso «antigo» e o seu uso «moderno». Numa passagem deste livro, refere que o mundo antigo não dispunha de «uma economia capitalista de tipo industrial». Noutras ocasiões, refere-se a uma diferença de escala: o que existia de forma confinada no mundo antigo, nomeadamente todos os desenvolvimentos proporcionados pela escrita, disseminou-se e ampliou-se, mais tarde, a uma escala antes nunca vista. Porém, o leitor nunca percebe, exactamente, qual o processo que conduziu a esta transformação. Dir-se-ia que a Europa beneficiou de uma acumulação de conhecimento sobre os usos da escrita que gerou processos de transformação da organização social, mas também individual. Neste sentido, a escrita criou uma sociedade da responsabilidade (*by the book*) e da vigilância; noutro sentido, resta perceber o real efeito do choque da evolução tecnológica que gerou a revolução industrial. Admitindo a centralidade da indústria moderna, esta análise das transformações históricas do tempo longo acaba por colocar, novamente, a evolução tecnológica como o elemento fundamental de mudança social. Na narrativa de Goody, apesar das suas considerações sobre a importância da escrita na organização do conflito social, parece faltar uma alusão mais concreta à acção de grupos sociais, ao seu desenvolvimento e aos resultados das suas lutas. O mesmo sucede com a centralidade dos processos políticos.

É já no final do livro que Goody se refere às limitações deste mundo governado pela escrita. Por um lado, a fixação escrita de normas, disposições legais, preceitos políticos e morais, encontra-se sujeita à mudança social. Desta pressão resultaram algumas transformações, por vezes, violentas, que destronaram os poderes que se reivindicavam da razão do texto. Aos novos

poderes coube, então, fixar pela escrita um outro estado das relações de poder. Noutros contextos, estas mudanças foram menos abruptas, como as que caracterizaram ajustamentos nos códigos legais. Como recorda Goody, a letra da lei era moldável pelo «espírito da lei», que representava a força do tempo face aos princípios que apelavam a uma interpretação literal do texto. A própria verdade dos grandes livros religiosos foi sempre sujeita a interpretações e actualizações. Na discussão das relações entre o direito moderno e o direito consuetudinário, entre a escrita e o costume, Goody encontra o peso de «estruturas profundas», na organização das sociedades, face ao mundo de direitos e deveres, de técnicas e contratualizações, estipulado pela escrita. Esta resistência à «lógica da escrita» tem assumido várias formas. Por exemplo, pode representar a resistência do mundo que perdeu com os poderes da escrita, tanto o dos mais fracos — como refere, citando um termo comum da Inglaterra anglo-saxónica que opunha «a terra do livro» à «terra da gente» —, como dos poderes que governavam pelo direito do sangue. Noutro sentido, as lógicas de diferenciação social ajustaram-se ao poder da escrita, quer utilizando possibilidades universais em seu benefício — como no sistema de ensino —, quer subvertendo os próprios princípios universalistas da escrita. Por exemplo, através da cooptação da razão do livro por lógicas clientelares e corruptas. Mais uma vez, sob a fachada de um processo de mudança motivado pela evolução tecnológica, outras forças sociais parecem mover-se, num processo que nada tem de linear.

A dialéctica entre os usos da escrita do lado do poder e a sua utilização por parte dos que entenderam resistir à acção do Estado é, várias vezes, retomada. Tal como Goody escreve: «[A] escrita habitua-se não só a promover a governação e a participação na governação, mas também a atacar o regime existente, pela comunicação de massas onde o sistema democrático o permite, por publicações *samizdat* onde tal não era permitido.» O certo é que, através da escrita, articulava-se o registo escrito do censo, com os nomes a serem divididos por categorias e regiões, com o lançamento de impostos.

Em Estados não letrados, a cobrança de impostos já tinha sido estudada por Polanyi num sistema a que chamou redistributivo, por Pryor num processo de acumulação central, por Sahlins em relação aos reinos polinésios e por Herskovits na sua obra sobre o Daomé. Porém, é importante notar que os avanços no recurso à escrita, com implicações no processo de construção de censos e respectiva cobrança de impostos, foram sendo cada vez mais elaborados, ilustrando a penetração do Estado na vida doméstica.

O Estado ou os poderes não actuavam em circuito fechado. Dependiam dos recursos existentes e do modo como estes eram alocados. Por isso, Goody procurou seguir o modo como uma agricultura mais avançada — dispendo do controlo da hidráulica e de campos irrigados, bem como de energia não-humana, a começar pelo recurso a um instrumento como o arado — criou as condições para manter grupos que não tinham de trabalhar nos campos. Guerreiros e letrados, administradores e sacerdotes integravam esses grupos, que formavam uma classe dirigente. De qualquer modo, se o saque, as dádivas e os impostos sobre o comércio constituíram a base de sustentação do templo e do palácio, os excedentes da produção agrícola em África eram relativamente pequenos, em comparação com os Estados do Próximo Oriente, que passaram a recorrer a métodos de contabilidade escrita e dispuseram de uma economia mais complexa. Assim: «Os Estados indígenas em África [...], com a excepção parcial dos que aceitaram o sistema de escrita associado ao islamismo, careciam da possibilidade de utilização de tal agente catalítico para objetivos internos, se bem que um certo número de povos fosse, de facto, influenciado por culturas letradas a cujas pressões estes povos permaneceram muito abertos.» Aliás, conforme sublinha o autor, o momento crucial em que a escrita interferiu com a contabilidade do palácio situa-se no momento em que o produto do saque passou a exigir o registo de inventários, a começar pelo recurso a formas pictóricas, capazes de realçar o prestígio do conquistador, mas também o recurso a um método de contabilização da riqueza e da sua distribuição. Nesta distribuição racionalizadora

do saque, tanto entravam os exércitos, como a realeza, o templo ou a igreja que tinham vindo em apoio das forças vencedoras.

Por último, importa sublinhar que Goody não reduz a África a uma civilização sem escrita e, por isso, situada abaixo da Eurásia. Tão-pouco se lhe podiam aplicar noções como a de despotismo, para designar os seus sistemas políticos. Ali, a consulta oral podia ser vista como um modo de representação política que «assegurava uma participação mais vasta na tomada de decisões». Ou, numa outra formulação, «a escrita afecta o meio pelo qual o controlo da orientação política é efectuado através do boletim de voto escrito e secreto, que é deliberadamente oposto ao gesto aberto da mão erguida ou à exclamação verbal como técnica verdadeiramente democrática, refletindo a opinião real dos membros individuais da sociedade, expressa sem medo ou parcialidade, em privado e não em público». Face a este mundo da oralidade, depois do islão, foram os Estados coloniais que trouxeram a escrita a uma sociedade predominantemente oral. Registos e relatórios, note-se, em boa medida já desenvolvidos por uma burocracia que acumulara uma larga experiência na Índia. Tal como neste último território, existia uma experiência que tinha sido acumulada ao nível dos registos das aldeias, com a grande diferença que esta tinha sido sistematizada por escrito no Império Mogol. Além dos registos, o Estado colonial multiplicou os relatórios, através dos quais se recolheram as tradições locais, etnográficas. A este respeito, o grande modelo era o do Censo da Índia de 1872 que dividiu a população por castas. Mas existiam muitos outros modelos e manuais que regulavam o modo de fixar registos e governar por relatórios. Tal como Michel Foucault — citado por Goody — já tinha feito a respeito da invenção da estatística e da economia política na Europa, ao longo dos séculos XVII e XVIII, também os Estados coloniais na Índia e em África, ao usarem extensivamente a escrita, aumentaram a sua capacidade para governar. Assim sendo, escribas e letrados em África integraram, num primeiro momento, a burocracia administrativa. Porém, depois, transformaram-se, pelo menos alguns deles, em

líderes de opinião, capazes de fazer face ou de resistir ao controlo do Estado colonial.

As questões aqui colocadas têm valor de proposta de leitura, não pretendem esgotar os debates suscitados por este livro. Esperemos, isso sim, que esta reedição de Jack Goody faça reviver o interesse das editoras portuguesas em traduzir outras obras do autor, para assim se alcançar o desígnio da tão badalada internacionalização.

DIOGO RAMADA CURTO
Universidade Nova de Lisboa, IPRI

NUNO DOMINGOS
Universidade de Lisboa, ICS

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO
Universidade de Coimbra, CES